

CONVERSA AO PÉ DO RÁDIO

25 JUN 1989

Samney

"Nosso salário mínimo equivale a cerca de US\$ 100", diz presidente

O presidente José Sarney afirmou na sexta-feira, em seu programa "Conversa ao pé do rádio", que vai adotar mecanismos no sentido de facilitar a aquisição do vale-transporte, acabando com formulários burocráticos. Sarney também falou do salário mínimo, lembrando que com o novo valor chega-se a uma meta que somente se pensava alcançar no final do governo. "Quando assumi em 15 de março de 1985, o salário mínimo era o menor de toda a América Latina", afirmou Sarney.

A seguir, a íntegra da fala do presidente Sarney.

"Brasileiras e brasileiros, bom-dia. Aqui vos fala o presidente José Sarney, em mais uma Conversa ao pé do rádio, nesta sexta-feira, dia 23 de junho de 1989. Estamos chegando ao fim de uma semana de muitas decisões. Na primeira delas, estabeleci o salário mínimo a partir de 1º de julho em NCz\$ 150,20. Chegamos assim à meta que somente pensávamos alcançar no fim do meu governo. Esta foi uma política que segui sem vacilações e, hoje, o nosso salário mínimo equivale a cerca de 100 dólares. Quando eu assumi, em 15 de março de 1985, o governo, o salário mínimo era o menor de toda a América Latina e todas as brasileiras e brasileiros que me ouvem sabem quantas vezes, neste programa, tenho dito e tenho feito para que o salário mínimo fosse melhorado no Brasil, porque era vergonha para o nosso país o salário mínimo que nós tínhamos.

Ainda temos um salário pequeno, mas devemos continuar nesta política, de modo que o salário mínimo possa ser realmente um salário que dê condições a todos, ter o mínimo possível para que possamos viver. Em segundo lugar, eu decretei a nova política salarial, pela qual os salários de todos os trabalhadores que recebem até três salários mínimos terão um reajuste mensal pelo IPC, isto é, igual a inflação.

Quem ganha de três a vinte salários, tudo o que exceder a 5% será reajustado mensalmente e o saldo será acertado trimestralmente. Quem ganha acima de vinte salários mínimos terá o seu reajuste acertado livremente com seu empregador.

Outra coisa que desejo abordar é a exploração política que está sendo feita com os aposentados. As pensões, até um salário mínimo, quero dizer, ficarão iguais ao salário mínimo. As outras serão aumentadas de acordo com a inflação, da mesma maneira que os funcionários públicos. Os aposentados que estão recebendo seus novos proventos, e sabem eles sabem, verificam, o quanto nós

conseguimos melhorá-los e os pensionistas também sabem o quanto foram aumentados e todos reconhecem o esforço que o governo está fazendo para que esses aumentos se verifiquem com a maior brevidade e sem erros. A vinculação ao salário mínimo é proibida pela Constituição.

Essa proibição é para evitar que os que ganham mais, lucrem à custa do pobre trabalhador do salário mínimo, que não poderá ser aumentado porque senão esse aumento será transferido àqueles que ganham mais. Quero tranquilizar os aposentados que tiveram seus reajustes à base do salário mínimo. Esse reajuste que eles receberam vai permanecer, embora tenham espalhado que ele não seria feito, ele vai permanecer e, daqui para a frente, todos serão aumentados do mesmo modo que o funcionalismo em atividade, isto é, todo mês, de acordo com a inflação.

Mesmo com todas as dificuldades, duas coisas eu tenho procurado fazer: tenho aumentado o salário de acordo com a inflação para evitar que se perca o ganho real e também tenho tido uma preocupação de não deixar cair o nível de emprego. Quando eu assumi, a taxa de desemprego era, no Brasil, de 9% e, hoje, ela é de 3,8%, uma das mais baixas do mundo. Sempre estou muito preocupado com as dificuldades dos trabalhadores, dos que mais precisam, que são as maiores vítimas da inflação. E por isso tenho determinado sempre uma avaliação de todos os instrumentos de que o governo dispõe para ajudar os que ganham de um a quatro salários mínimos. Um desses benéficos, que ajuda o trabalhador, é o vale-transporte, insti-

tuido no meu governo e que embora funcione muito bem em algumas empresas e para milhões de brasileiros, está sendo emperrado em muitas situações.

Eu estou sendo informado de que algumas empresas estão retardando de quinze a vinte dias entre a requisição e o recebimento do seu vale-transporte. E nesse período, o trabalhador está sendo obrigado a pagar integralmente, com o seu salário mingauado, as passagens com que vem e vai da casa para o trabalho. Isto é um absurdo e está contra o espírito da lei que criou o vale-transporte. Vou lembrar mais uma vez que além de toda essa política que tenho procurado fazer de proteção ao trabalhador, aos assalariados, foi durante o meu governo que nós criamos o seguro-desemprego e o vale-transporte. Estas foram conquistas feitas durante o governo Sarney.

Quero acabar com os formulários burocráticos e os prazos absurdos de distribuição do vale-transporte. Por causa disso, já pedi aos ministros dos Transportes, do Trabalho e do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio que proponham em um prazo de 30 dias medidas energéticas e práticas para que todos os trabalhadores brasileiros que recebem menores salários possam usufruir do vale-transporte, uma das maiores conquistas dos trabalhadores e que foi alcançada, vou repetir, justamente no atual governo. Quero a fácil aquisição do vale-transporte e uma fiscalização eficaz para que o trabalhador o utilize.

Aliás, por falar em fiscalização de abusos, gostaria de citar um pequeno exemplo das numerosas recomendações diárias que faço aos ministros e a outros órgãos do governo, inspirado na leitura dos jornais e nas notícias e reclamações que recebo.

Ontem, quinta-feira, eu fui despertado pela informação que uma grande parte da rede bancária particular vem-se recusando a receber cheques de bancos concorrentes para o pagamento de contas de luz, gás, telefone e carne em geral. Isso é um absurdo. Determinei que o Banco Central tome as medidas necessárias para conter tais procedimentos abusivos.

Também estou preocupado com o problema da habitação. Há umas duas semanas, todos estão lembrados, eu lancei o programa do lote urbanizado, através da Seac, onde nós esperamos atender cerca de um milhão de brasileiros. E agora mesmo, na terça-feira, eu tomei outra providência, destinando NCz\$ 2 bilhões para as habitações de interesse social, através da Caixa Econômica, que estava sem recursos. Esse dinheiro vai permitir que a Caixa contrate pelo menos 80 mil novos financiamentos habitacionais, o que significará, sem dúvida, cerca de 300 mil novos empregos.

Quero também comunicar a todas as brasileiras e brasileiros, que no desdobramento da nossa política de proteção ao meio ambiente nós, ontem, sancionamos a lei abrindo um crédito extraordinário de NCz\$ 8 milhões, para que o Instituto do Meio Ambiente, que é dirigido pelo senhor Fernando Cesar, que tão bem vem procurando enfrentar o problema, evite as queimadas em parques florestais, um dos problemas que afligem a nossa ecologia frequentemente.

Finalmente, quero dizer que com a reindexação da economia às novas regras salariais foi completado a tão temida transição do Plano Verão para a normalização da economia. Os preços, que tiveram uma disparada que nós não esperávamos, agora eles não têm mais motivos para que cheguemos a pensar que eles vão explodir. Qualquer exacerbação, agora, será uma especulação e nós estamos todos atentos e, mais do que nunca, procurando que todos os brasileiros, de todas as camadas, possam se unir para evitar que o fim da transição democrática, que estamos realizando com tanto trabalho, seja perturbado por qualquer problema que possa existir na nossa economia. Ninguem mais do que eu tem procurado lutar, temos encontrado, mas vamos confiar e vamos trabalhar. Sejam otimistas e nada de derrotismo. Bom-dia e muito obrigado a todas as brasileiras e brasileiros."